

Resenha do texto “A Proclamação da República no Brasil: Processos Históricos e Debates Historiográficos” (VARES, 2010)

Review of the text "The Proclamation of the Republic in Brazil: Historical Processes and Historiographic Debates" (VARES, 2010)

Gabriel dos Santos Birkhann

Licenciado em História pelo UNIPAM (2016) e Especialista em “Gestão do Trabalho Pedagógico: Orientação Educacional, Supervisão, Inspeção e Administração Escolar” pela FAVENI - Faculdade Venda Nova do Imigrante (2017).

E-mail: gbirkhannlegal@gmail.com

VARES, Sidnei Ferreira de. *A Proclamação da República no Brasil: Processos Históricos e Debates Historiográficos*. Disponível em:

<<http://www.historiaehistoria.com.br/materia.cfm?tb=professores&id=130>>. Acesso em: 24 abr. 2016.

Neste texto, o historiador Sidnei Ferreira de Vares, formado em História e Pedagogia, mestre e doutor em Educação pela USP, discute a Proclamação da República. Conforme observa o autor, a Proclamação da República é um dos fatos históricos mais pesquisados pela historiografia brasileira, já que há uma atração dos historiadores a respeito dos processos que influíram na instalação da República no Brasil. Além de tudo, Vares destaca na “Introdução” do texto que, nesses estudos, existem antinomias e interpretações concorrentes, sobretudo no que se refere à ação dos militares, dos civis e da postura do povo perante aquele acontecimento. Diante de tantas perguntas, muitos trabalhos procuraram dar uma resposta plausível, tornando a discussão mais acirrada e, até mesmo, competitiva, sendo que Vares alerta para o fato de que seu trabalho se constitui como apenas mais um ensaio sobre o tema, um trabalho que visa analisar os processos políticos, econômicos e sociais que resultaram na proclamação da república sob uma perspectiva materialista da História, problematizando algumas interpretações reconhecidas sobre o tema.

Vares, para isso, começa sua análise afirmando que a república só foi proclamada devido ao enfraquecimento das instituições monárquicas frente às transformações econômicas e materiais da sociedade brasileira ocorridas nas últimas décadas do século XIX e que sua aceitação só ocorreu devido à intensa propaganda republicana que, desgastando as instituições e os símbolos da monarquia, legitimou a ideia de progresso embutida no discurso republicano e que esse tipo não se restringia somente aos civis.

Discutindo sobre “A monarquia brasileira em face das repúblicas americanas”, o autor problematiza a afirmação de Caio Prado Jr. de que a transferência da corte portuguesa para o Brasil, em 1808, como consequência das guerras napoleônicas, foi

essencial para a emancipação política do Brasil, já que, embora os processos de Independência tenham acontecido na mesma época, o do Brasil foi singular. O autor mostra que, para José Ribeiro Júnior, essa condição singular do Brasil perante aos seus vizinhos não foi de todo ruim, já que o Brasil enfrentava problemas menores se comparados aos dos outros, como uma instabilidade política, ao passo que a Monarquia garantia uma estabilidade política, o que não quer dizer que sua origem foi menos tumultuada. As ideias republicanas, para Ribeiro, têm suas origens na Colônia, mas a chegada da família real desmobilizou esse discurso republicano. Por isso, nosso processo de independência ocorreu a partir de um acordo entre elites, ao passo que o de nossos vizinhos ocorreu por meio de lutas sangrentas.

A opção pela Monarquia fez com que o Brasil conseguisse uma relativa tranquilidade política e fosse conhecido como “flor exótica” da América, com o Imperador exercendo, por meio do poder moderador, uma política de apaziguamento de ânimos entre membros do Partido Liberal e do Partido Conservador, fazendo com que a classe política não tivesse do que reclamar. Mas, pergunta Vares, se a situação era confortável para todos, por que a Monarquia chegou ao fim? Esse fim, explica o autor, não foi abrupto, e para a compreensão do fato, Vares parte da análise de José Ênio Casalechi, que divide a história do Segundo Reinado em quatro momentos, sendo que o último (1870-1889) é o interessante para a compreensão do fim da Monarquia, já que foi onde as ideias republicanas recobram a consciência. Mas, para entender todo o processo, é preciso considerar as transformações econômicas do Brasil a partir de 1850, que resultaram do avanço da economia mundial. Os pesquisadores colocam o ano de 1870 como decisivo para a sorte da republicana, por ser o ano do fim da Guerra do Paraguai e da fundação do Partido Republicano; sendo que, a partir desse ano, a Monarquia passa sofrer um forte declínio, resultado da oposição republicana, da questão sucessória, entre outras, gerando desgaste da figura do imperador.

O “Ocaso do Império: 1870-1889” pode ser visto como a época em que a Monarquia não conseguiu reagir diante de problemas, como as famosas “questões”, segundo o modelo de Pandiá Calógeras, que compõem uma série de dificuldades enfrentadas pela Cora brasileira durante as últimas décadas do século XIX e que são essenciais para o advento republicano. Como se sabe, a escravidão foi instituída no Brasil durante o período colonial, sendo a maior modalidade de trabalho, tornando-se normal e natural o uso de tal força de trabalho. A escravidão foi o sustentáculo, também, da economia brasileira durante grande parte do século XIX, sendo a fonte de sucesso da economia cafeeira. Mas, ressalva Vares que, conforme nota Leôncio Basbaum, a escravidão no século XIX já era vista como um grande problema para as elites brasileiras, já que era fonte de atraso segundo a comunidade internacional, afóra o fato de que setores esclarecidos do Brasil já clamavam pelo fim da escravidão, ainda que gradativamente, já que muitos interesses estavam ligados à escravidão.

Se havia um movimento pró-abolição na primeira metade do século XIX, esse era isolado e fraco. Partindo de Lilia Moritz Schwarcz, Ferreira mostra que, a partir de 1870, as críticas ao escravismo se aguçam, passando a serem confundidas com a ideia de República, que já ganhava corpo, sobretudo por causa das pressões inglesas. A Lei Eusébio de Queirós (1850), que pôs fim ao tráfico negreiro, teve por efeito o tráfico interprovincial (Nordeste para o Sudeste), mas esse não foi capaz de assegurar mão de

obra necessária à grande lavoura. A partir disso, a luta foi pela abolição cordial com remuneração ou radical sem a mesma, embora os proprietários procurassem adiar ao máximo esse processo. Mas, com o tempo, manter a escravidão mostrava-se insustentável, com o abolicionismo ganhando força: a Lei do Ventre Livre e a dos Sexagenários, além de contribuírem para o abolicionismo, fomentaram a imigração italiana. Quando a Coroa brasileira, em maio de 1888, emancipou os escravos, não imaginava o efeito político de tal decisão. Muitos até então proprietários de escravos voltavam-se contra a Coroa, ficando conhecidos como “republicanos de última hora”. Ou seja, a “questão abolição” foi perniciososa para o regime: abolindo-se a fonte da economia imperial, acabava-se com o Império.

Partindo de Duglas Teixeira Monteiro, o historiador Vares estuda a “questão religiosa”, colocando que, a partir de 1860, ocorreu uma sequência de reformas na estrutura da Igreja de modo a aproximá-la do povo, resgatando o virtuosismo dos fiéis e indo contra a Maçonaria, o que causou muita polêmica. Pelo sistema do padroado, o Imperador tinha controle sobre os assuntos eclesiásticos, e essa determinação contra a Maçonaria foi acatada pelos bispos de Olinda e do Pará, que acabaram se defrontando contra boa parte da elite que era maçônica. A Maçonaria pressionou o poder, o que resultou na prisão dos dois bispos, o que era inusitado: a Coroa mandava prender religiosos que acatavam ordens do Papa. Mas, embora tudo isso, a maioria dos historiadores não acredita que a questão religiosa tenha sido decisiva para a queda da Monarquia, já que parte significativa dos republicanos era anticlerical e vislumbrava acabar com o padroado, portanto, a punição aos bispos foi aceita pelos republicanos que pouco aproveitaram o fato em causa própria.

Ferreira, ao problematizar a “questão militar”, observa a posição do historiador José Ribeiro Júnior que coloca que, durante a Guerra do Paraguai, o Exército brasileiro desenvolveu um sentimento de classe, o que resultaria num aumento dos atritos entre essa corporação e os políticos imperiais, já que o Exército sempre ocupou um lugar secundário durante o Império, não obtendo reconhecimento pelo trabalho durante a Guerra. Além disso, os “casacas” (civis) exigiam que os negros que lutaram na guerra voltassem à sua condição de escravos e que o exército perseguisse os fugitivos: o que foi refutado pelos militares. Para completar o quadro, havia ausência de investimentos, atraso das pensões, soldos baixos, e os militares que manifestavam sua indignação eram punidos. Em 1883, um projeto de reforma do serviço militar do Marquês de Paranaguá foi criticado publicamente pelos militares, havendo troca de acusações.

O Marquês, sentindo-se ofendido, exigiu a punição dos militares: para os políticos, a interferência militar na opinião pública era uma rebeldia a ser punida. É claro que os militares tinham alguma força: o ministro da Guerra, Barão de Cotegipe, pediu demissão por causa da pressão militar. O Marechal Deodoro foi chamado a opinar em uma dessas contendas. Seu posicionamento favorável aos militares acabou afetando sua carreira. Deodoro foi exonerado do cargo, uma punição que pode ser considerada dura, já que ele foi um famoso combatente no Paraguai. Essa punição soou como um descabro, fazendo com que Deodoro se tornasse símbolo de uma luta política.

Consolidando suas posições políticas, os militares fundam, em 1887, o Clube Militar, cujo presidente era o Marechal Deodoro e o vice Benjamin Constant, professor

de uma Escola Militar. A partir de Hélio Silva, Vares aponta a importância do Clube Militar como agente institucionalizador das frações militares de oposição à Monarquia, sobretudo dos grupos de jovens oficiais, ou “mocidade militar”, nos dizeres de Celso Castro, que foram determinantes para o agravamento da questão militar.

Esses jovens eram, em sua maioria, da Escola da Praia Vermelha, formados sob o positivismo (a sua difusão foi essencial para a conversão dos oficiais ao republicanismo, acredita Emília Viotti da Costa); acreditavam na viabilidade da república diante do “anacrônico império”. Por causa disso, a “questão militar” é considerada, por muitos historiadores, como o principal fator da queda monárquica brasileira, tendo-se em vista a quase nula participação do elemento civil. Isso só foi possível graças ao fortalecimento de novas ideias que geraram diferenças entre os militares e a elite política imperial. Mas, além desse fator, há outros que, segundo Vares, valem a pena analisar, para evitar a noção de que a República foi efeito somente da ação militar. Como, por exemplo, “a questão sucessória”. O autor coloca que ela desponta nos últimos anos de vida da monarquia, devido à saúde do imperador, que estava debilitada, gerando uma exploração pela imprensa republicana. Como o sucessor do imperador era o Conde D’Eu, casado com a Princesa Isabel, filha do imperador, e tinha origem francesa, não era querido pela elite brasileira e passou a ser visto como ameaça aos republicanos, que procuraram desgastar a figura do Conde, demonstrando a impossibilidade do continuísmo da monarquia. Com isso, a solução republicana era uma questão de tempo.

Em seguida, Vares estuda o “papel do Partido Republicano” e coloca o ano de 1868 como um ano decisivo para a monarquia brasileira, visto que houve um desentendimento entre os liberais e os conservadores. A chegada do liberal Zacarias de Vasconcelos ao gabinete ministerial em 1866 com a nomeação de Duque de Caxias, dos conservadores ao comando do exército na Guerra do Paraguai em 1868, fez com que houvesse acusações entre ambos os grupos, sendo que os liberais acusavam Caxias de incompetência e este afirmava ser vítima do ministério. Isso fez com que Zacarias colocasse o cargo à disposição, mas o imperador preferiu não demiti-lo, ainda que fosse simpático mais a Caxias. Mas a nomeação de Sales Torres, inimigo de Vasconcelos, ao Senado do RN, fez com que esse pedisse demissão.

A nomeação de um conservador (Itaboraí) gera a ira do Partido Liberal. A ala radical desse partido (cujos principais expoentes eram Saldanha Marinho, Campos Salles e Prudente de Moraes) inicia uma série de discussões e cogita um novo regime: a república. Com isso, as ideias republicanas começam a circular entre os liberais mais radicais, culminando na fundação, em 1870, do Partido Republicano, fato decisivo, visto que era a primeira vez que surgia um partido declaradamente republicano. A partir daí, os republicanos travaram um longo combate para a instalação da República.

Na parte seguinte, o historiador problematiza “os últimos suspiros da monarquia” e coloca que o embate entre republicanos e monarquistas, a partir de 1880, ganha as ruas e que o clima de animosidade entre os dois grupos mostra a penetração das ideias republicanas nos grandes centros. A nomeação de um liberal, o Visconde de Ouro Preto, para a chefia do gabinete ministerial, fez com que muitos monarquistas acreditassem que isso desmantelaria o discurso republicano. O chefe Afonso Celso sabia que era preciso imobilizar o discurso republicano, e, para isso, procurou acatar

algumas exigências desses, como um programa de reformas. Mas, para que esse programa saísse do papel, era necessária a aprovação do Senado, que a negou, em face do programa “progressista demais”. Afonso Celso, sem êxito, amargou o fato de ter sido o último chefe de gabinete monárquico.

Mas, antes do fim, a Monarquia promoveu uma festividade, o Baile da Ilha Fiscal, em 9 de novembro de 1889, enquanto isso, os membros do Clube Militar confabulavam contra o regime. Essa reunião culminaria em outra feita na residência de Deodoro, na qual lideranças como Ruy Barbosa, Quintino Bocaiúva e outros procuravam cooptar o anfitrião para a queda da Monarquia. Isso mostra que o ideal estava longe de ser apenas uma coisa de estudante e que seria uma questão de tempo para o surgimento de um novo regime.

No dia 14, Sólon Ribeiro espalha um boato sobre as prisões de Deodoro e Constant, e isso acelera o processo. Deodoro, na manhã do dia 15, debilitado, vai a cavalo ao Campo de Santana, onde o Visconde de Ouro Preto, sua desavença, tenta articular uma resistência. Deodoro depõe o chefe do gabinete, que manda chamar Dom Pedro II de Petrópolis, que vem ao Rio de Janeiro para convocar um novo gabinete. Mas não se tratava somente de uma queda de gabinete. A Monarquia havia caído e Dom Pedro II logo seria comunicado da extradição da realeza para a Europa.

Na penúltima parte, Sidnei Vares nos oferece um balanço de algumas pesquisas e análises importantes para a compreensão e a historiografia da Proclamação da República. A visão de Caio Prado Júnior afirma que o final da Monarquia se vincula às transformações econômicas da segunda metade do Século XIX, quando uma nova mentalidade progressista colidiu com a estrutura anacrônica do Império, sendo o exército o responsável pela proclamação, estando o povo alheio a ela. Nelson Werneck de Sodrê, também marxista, atribui ao exército papel decisivo na queda monárquica, sendo a Guerra do Paraguai uma data limítrofe, já que, a partir dela, os embates entre o exército e os políticos imperiais se intensificaram, pois o exército já se constituía como uma entidade autônoma. Além disso, Sodrê coloca a atuação de novos grupos no cenário político, de mentalidade mais urbana e progressista, não tendo a propaganda republicana influído na queda da Monarquia.

Leôncio Basbaum, marxista, em um viés economicista, coloca que a Monarquia nascera condenada a vir ao mundo com sua negação, a saber o latifúndio e a escravidão, já que o surgimento de uma elite agrária progressista rompeu com a lógica de dominação herdada do período colonial, afinal, a estrutura imperial não condizia com os interesses de novos grupos sociais. Basbaum, ao analisar as questões, pouco peso dá à “religiosa” e nega uma suposta coesão do exército e seu “republicanismo”, afirmando que a participação desse exército se deu mais por ressentimento do que por “republicanismo”, ideia essa ausente no Brasil. Hélio Silva e Celso Castro afirmam que o advento da República foi resultado de uma conspiração militar, elemento mais forte que a propaganda republicana, praticamente nula. Celso Castro coloca, ainda, o fortalecimento da mocidade militar, que acontece em meio às brigas entre o exército e os políticos, mocidade que, gradualmente, se coloca contra a monarquia. Além disso, Celso afirma a discrição dos civis republicanos, cujas ações seriam limitadas às reuniões do Clube Militar.

De modo contrário a essas interpretações, George Boeher, Ana Luiza Martins e Maria Teresa de Chaves Mello enfatizam a participação civil na condução para a República, mantendo-se dentro de uma perspectiva civilista, ao contrário de Hélio Silva e Celso Castro, que são mais “militaristas”. O ponto de convergência desses trabalhos civilistas é o papel do Partido Republicano como centro de propaganda política que fomentou as ideias republicanas, o que mostra que a aceitação do regime republicano sem maior relutância veio da força da propaganda junto ao povo, que já teria absorvido as ideias republicanas.

Por fim, na última parte, “Por outra interpretação”, o historiador Sidnei Ferreira de Vares coloca o estudo da Proclamação pelo historiador como um desafio, em face do grande obstáculo que é a ênfase em alguns aspectos, não se atentando para o conjunto dos fatos do episódio. Mesmo que uma interpretação total seja utópica, cabe ao pesquisador, afirma o professor Vares, fugir de reducionismos e armadilhas analíticas. Para isso, o historiador deve analisar o contexto político, econômico e social, verificando as inúmeras possibilidades e influências do evento analisado.

Além disso, o pesquisador não deve descartar as transformações sociais do Brasil durante o século XIX que, ao desencadarem um processo de urbanização, levaram ao surgimento de novos grupos sociais e de mentalidades (mais progressistas) e que essas transformações não podem ser descartadas pelo historiador, já que elas são responsáveis pelo desgaste estrutural do Império, fazendo com que novas práticas fossem percebidas e consentidas. O autor conclui afirmando que a República não foi resultado deste ou daquele grupo, nem surgiu de ideias soltas. É fruto das transformações materiais e sociais impulsionadas pela economia cafeeira, visto que a necessidade do progresso não coincidia com a estrutura política do Império.

O historiador Sidnei Ferreira de Vares consegue, portanto, nesse texto, dar um panorama completo da situação política do Segundo Reinado, mostrando os diversos fatores que contribuíram para a queda da Monarquia a partir dos desgastes estruturais do Império de Dom Pedro II, desgastes que ocorreram devido às transformações econômico-sociais decorrentes da economia cafeeira. Escrito de modo leve, o texto é indicado para todos, acadêmicos ou não, que desejam saber um pouco mais sobre as causas da Proclamação da República em 1889.

Referências

SIDNEI FERREIRA DE VARES. Disponível em:

<<http://www.escavador.com/pessoas/4814006>>. Acesso em: 11 nov. 2015.

VARES, Sidnei Ferreira de. *A Proclamação da República no Brasil: Processos Históricos e Debates Historiográficos*. Disponível em:

<<http://www.historiaehistoria.com.br/materia.cfm?tb=professores&id=130>>. Acesso em: 24 abr. 2016.